

**O Princípio da Plenitude
da Tutela da Vida
no Tribunal do Júri**

Caio Marcio Loureiro

© Caio Marcio Loureiro, 2017

Todos os direitos reservados.

Proibida a reprodução de partes ou do todo desta obra sem autorização expressa do autor (art. 184 do Código Penal e Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998).

L892p

Loureiro, Caio Marcio.

O Princípio da Plenitude da Tutela da Vida no
Tribunal de Júri./ Caio Márcio Loureiro. Cuiabá-MT:
Carlini & Caniato Editorial, 2017.

ISBN 978-85-8009-176-2

1. Tribunal do Júri. 2. Tutela da Vida.
3. Garantias Penal Integral. I. Título

CDU 34

Editores

Elaine Caniato

Ramon Carlini

Rommel Kunze

Capa

Elaine Caniato

Revisão Textual

Margarida Maria da Silva Castro

APRESENTAÇÃO	11
PREFÁCIO	13
NOTA DO AUTOR	19
INTRODUÇÃO	21
1 A INSTITUIÇÃO DO TRIBUNAL DO JÚRI E SEU ESCOPO: PROPOSTA DE RELEITURA SOB O CRIVO DO GARANTISMO PENAL INTEGRAL	23
2 IDEOLOGIA E CONSTITUIÇÃO: RAZÃO MOTRIZ DA PREVISÃO CONSTITUCIONAL DA INSTITUIÇÃO DO TRIBUNAL DO JÚRI	27
3 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO TRIBUNAL DO JÚRI	38
4 CONSEQUÊNCIAS DA PREVISÃO DO PRINCÍPIO DA PLENITUDE DA TUTELA DA VIDA COMO PRINCÍPIO DO TRIBUNAL DO JÚRI	43
5 FATORES DE DISTORÇÃO DA INTEGRALIDADE CONSTITUCIONAL E DO GARANTISMO PENAL INTEGRAL	47
5.1 ESTADO OPRESSOR	47
5.2 MINISTÉRIO PÚBLICO COMO ACUSADOR OFICIAL E NÃO COMO PROMOVENTE DE JUSTIÇA	49
5.3 PROCESSO PENAL COMO GARANTIA SOMENTE DO RÉU	55
5.4 ERRÔNEA COMPREENSÃO DO SISTEMA PROCESSUAL PENAL BRASILEIRO	68
5.5 EQUIVOCADA ESTRUTURA UNILATERAL DE DIREITO	72
6 CONCLUSÕES	74
7 BIBLIOGRAFIA	79